

DESAFIOS DE COMPLIANCE EM MÚLTIPLAS JURISDIÇÕES

APRESENTAÇÃO

Professor Doutor Daniel Perrelli Lança

Professor Doutor Leonardo Nemer Caldeira Brant

A RESPONSABILIZAÇÃO PESSOAL DOS PROFISSIONAIS DE COMPLIANCE EM MÚLTIPLAS JURISDIÇÕES

Marcelo Zenkner, Fernanda Veroneze

1. O COMPLIANCE OFFICER COMO "GARANTE" DAS BOAS PRATICAS CORPORATIVA
2. PRÓLOGO DA ANÁLISE DA RESPONSABILIZAÇÃO DO COMPLIANCE OFFICER
3. TEORIA DA CEGUEIRA DELIBERADA, EFEITO LABIRINTO E A RESPONSABILIZAÇÃO DO COMPLIANCE OFFICER
4. A RESPONSABILIDADE CIVIL E PENAL DO COMPLIANCE OFFICER NO BRASIL
5. A RESPONSABILIDADE PENAL DO COMPLIANCE OFFICER EM OUTRAS JURISDIÇÕES
 - 5.1. Nos Estados Unidos
 - 5.2. Na Alemanha
 - 5.3. Na França
 - 5.4. Na Itália
 - 5.5. Na Suíça
 - 5.6. Na Espanha
 - 5.7. Na Argentina

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fontes documentais

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ESG EM EMPRESAS GLOBAIS COM MÚLTIPLAS JURISDIÇÕES

Rogéria Gieremek.

INTRODUÇÃO

1. PRIMEIRO ELEMENTO - TONE/CONDUCT AT THE TOP
2. SEGUNDO ELEMENTO - REGULATORY OVERSIGHT

3. TERCEIRO ELEMENTO - POLICIES AND PROCEDURES
4. QUARTO ELEMENTO - TRAINING AND AWARENESS

5. QUINTO ELEMENTO - MONITORING AND TESTING CONTROLS

6. SEXTO ELEMENTO - ISSUE MANAGEMENT

7. SÉTIMO ELEMENTO -REPORTING

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

GESTÃO DE CANAL DE DENÚNCIAS EM MÚLTIPLAS JURISDIÇÕES

Felipe Mello.

INTRODUÇÃO.

1. DESENHO E IMPLANTAÇÃO
 - 1.1 Propósito do Canal
 - 1.2 Governa
 - 1.3 Fluxo do processo
 - 1.4 Incentivo e proteção do denunciante

2. GESTÃO E MELHORIA.
 - 2.1 Disponibilidade do canal e sistema de gerenciamento
 - 2.2 Comunicação e treinamento
 - 2.3 Investigações independentes
 - 2.4 Monitoramento das investigações
 - 2.5 Comunicação com os denunciante
 - 2.6 Reporte para partes interessada
 - 2.7 Revisões e avaliações
 - 2.8 Melhorias

CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GESTÃO DE TREINAMENTOS DE COMPLIANCE EM MULTIPLAS JURISDIÇÕES

Eduardo Staino

INTRODUÇÃO

1. DEFINIÇÃO DO ESCOPO DO TREINAMENTO
2. PÚBLICO-ALVO
3. FORMATO
4. DURAÇÃO
5. O "TREINADOR"

6. ADEQUAÇÃO DO CONTEÚDO À REALIDADE LOCAL.
7. CONDUÇÃO
8. AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA
9. PESQUISA DE SATISFAÇÃO
10. CASE INDUSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL

CONSIDERAÇÕES FINAIS

ABRANGÊNCIA E LIMITES DA APLICAÇÃO DA JURISDIÇÃO DA *FOREIGN CORRUPT PRACTICES ACT* ÀS EMPRESAS BRASILEIRAS

Cássio Maia Amin, Laís Ione Araújo Fagunde

1. ASPECTOS INTRODUTÓRIOS E ENFOQUES DA FCPA
 - 1.1. Antecedentes históricos, criação e principais exigências da legislação
2. QUADRO COMPARATIVO: FCPA × LEI ANTICORRUPÇÃO BRASILEIRA
3. CONDUAS EMPRESARIAIS QUE ABREM MARGEM PARA A APLICAÇÃO DA FCPA E CONDUAS PARA ATUAR EM CONFORMIDADE

CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

EFETIVIDADE DO PROGRAMA DE COMPLIANCE ATRAVÉS DO MONITORAMENTO E CONTROLES INTERNOS DE ACORDO COM O FEDERAL *SENTENCING GUIDELINE*

Juliana Jaccoud Molina

INTRODUÇÃO

1. E PORQUE AS EMPRESAS DEVERIAM ANALISAR A FSGO NA HORA DE ESTRUTURAR O PROGRAMA DE COMPLIANCE E COMPROVAR A EFETIVIDADE DO MESMO?
 - 1.1 O que seria um programa de compliance efetivo?
 - 1.2 Procedimentos e Normas
 - 1.3 Supervisão do Programa
 - 1.4 Cultura Ética
 - 1.5 Treinamento e Comunicação
 - 1.6 Monitoramento e Efetividade
 - 1.7 Mecanismo Confidencial de Denúncias e Investigações
 - 1.8 Remediação
2. CONTROLES INTERNOS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**CICLO DE APRIMORAMENTO DE POLÍTICAS ANTICORRUPÇÃO: IMPRENSA,
ESCÂNDALOS, SOCIEDADE E VONTADE POLÍTICA**

Lincoln Farias

INTRODUÇÃO

1. DO CICLO DE APRIMORAMENTO POLITICAS ANTICORRUPÇÃO
 - 1.1 Imprensa
 - 1.2 Sociedade
 - 1.3 Políticos
 - 1.4 Políticas Anticorrupção
 - 1.5 Compliance e Integridade
 - 1.6 Investigações

CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS